

Escola desafia o Governo e mantém locute

O presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (Sinepe), Jaime Zveiter, desafiou o Governo a encampar as escolas particulares que estão com suas atividades paralisadas desde ontem em Brasília. Ele garantiu que o movimento vai prosseguir até que a Justiça "defina normas claras" para as mensalidades. "Eles que encampem, fechem todas, cassem as autorizações, para nós não faz muita diferença", ironizou Zveiter, referindo-se às declarações do ministro da Justiça, Saulo Ramos, de que iria usar a lei para fechar, intervir, multar ou advertir as escolas em locute.

Para o presidente do Sinepe, "se o Governo realmente tivesse condições de intervir ou encampar as escolas, os estabelecimentos particulares não precisariam existir". Na sua opinião, já está provado que o ensino público é inferior ao particular e que a preferência de pais pelos colégios da rede particular, deixa ociosas algumas vagas nas escolas públicas, por não confiar nelas.

Zveiter vai depor na Superintendência da Polícia Federal na próxima quarta-feira e será indiciado em inquérito por incitar o desrespeito às leis penais, a aconselhar as escolas a não cumprirem a liminar que fixou o índice de reajuste das mensalidades.

Exemplo

Ele informou que se o Governo tomar algumas medida drástica contra as escolas do Distrito Federal, tipo intervenção ou encampação, vai ter que adotá-la para todo o Brasil, pois a tendência dos demais sindicatos é seguirem o exemplo de Brasília, caso haja alguma punição.

Ontem, o Sinepe não tinha um quadro geral das escolas que estavam fechadas e das que funcionavam. No entanto, Zveiter informou que a maioria não abriu e as que deram aula foi apenas para avisar aos pais que, a partir de segunda-feira, também iriam aderir ao movimento, como foi o caso do Canguinho e do Planalto.

Conselho prega o entendimento

O Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF) tem poderes para advertir, suspender as atividades, intervir ou encampar as escolas particulares que estão paralisadas desde ontem, em protesto à prisão dos diretores do Colégio Minas Gerais. No entanto, o CEDF só discutirá o assunto na próxima segunda-feira, durante reunião do plenário. "A expectativa do presidente do órgão, Gildo Willadino, é que a situação seja resolvida pelo diálogo.

Willadino explicou que a Constituição garante a livre iniciativa na educação, mas prevê que as escolas particulares que atendem ao ensino regular devem funcionar por delegação do Estado e cumprir as normas legais. No momento, segundo ele, as escolas deixaram de exercer a solicitação e por isso estão sujeitas às sanções previstas no regimento do CEDF, parágrafo único do artigo 167, dentro do capítulo que trata da autorização e reconhecimento de escolas, competência atribuída pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Com base nesse artigo, o CEDF intervém e cassou o reconhecimento da Escola Paramédica em 87, por mau funcionamento.

Diálogo

Apesar de ter poderes para fechar as escolas, na opinião de Willadino, o plenário do Conselho não deve chegar a esse extremo, para proteger os alunos, optando pelo caminho do diálogo. Ele não descartou a possibilidade de convidar o presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (Sinepe), Jaime Zveiter, para discutir a situação e esclarecer o que as escolas realmente querem, já que considerou o comunicado oficial do Sinepe confuso.

O presidente do Conselho explicou que os pais devem pagar as mensalidades normalmente, mas que as escolas têm um calendário a cumprir e devem repor as aulas que não forem ministradas.

Entrega de lotes acaba em dezembro

Somente no final de dezembro o Governo do Distrito Federal deverá concluir a distribuição de lotes semi-urbanizados à população de baixa renda. A decisão, anunciada oficialmente ontem pelo governador Joaquim Roriz, amplia por 60 dias o prazo para toda a implantação do programa de assentamento de favelados e inquilinos de fundo de quinta. O adiamento deve-se principalmente à falta de energia elétrica e água para a entrega de novos lotes em Samambaia.

O governador pretende contar até o próximo dia 30, com cerca de dez mil lotes já demarcados em Samambaia, e pensa até em entregar os terrenos para depois levar ao local a urbanização que estiver faltando. Roriz também desmentiu a declaração do diretor-executivo da Fundação, Williams Cavalcante, de que o atraso no programa de assentamento está sendo causado pela demora na produção de novos lotes pela Secretaria de Viação e Obras.

Como está ocorrendo muita reação por parte das famílias que ainda não receberam lotes, Roriz pretende reunir neste final de semana todas as lideranças comunitárias para tentar diminuir a tensão entre a população que ainda não foi assentada.

Correção

Desde a implantação do Plano



Na Escola São Carlos a freqüência não passou dos 25%. Os professores suspenderam as aulas e depois fizeram uma festa

Aluno só encontra portões fechados

A maior parte dos alunos que tentou assistir às aulas ontem voltou para casa desapontada. Mesmo os colégios que decidiram não aderir ao locute decretado pelo sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (Sinepe) não conseguiram manter as atividades normais, por falta de professores ou baixa freqüência de alunos. No Colégio Minas Gerais, cujo proprietário, José Pio de Abreu, foi indiciado por desrespeitar a legislação que estabelece os critérios para reajuste das mensalidades, seis pais de alunos foram checar, no portão da escola, a paralisação das aulas, retornando para casa com os filhos.

Na Escola São Carlos, na quadra 905/Sul, a freqüência de alunos foi de somente 25%. Em vez de aulas, os professores resolveram comemorar junto com os alunos o dia das crianças, já que no dia 12 não houve atividades em função do fe-

riado decretado pelo governo local. O aluno Rodrigo Accioly, da 8ª série, acordou cedo e foi à escola de bicicleta, para verificar se haveria aula. A secretaria confirmou as atividades normais. Ele voltou para casa deixou a bicicleta e a substituiu pela mochila, mas ao retornar à escola, constatou a falta dos professores.

De luto

No Colégio Planalto, a freqüência também foi baixa. O diretor Reinaldo Poersch, pela manhã, ainda não sabia se iria ou não manter o estabelecimento funcionando. Embora concorde com o Sinepe sobre a necessidade de alteração da legislação que disciplina a questão das mensalidades, ele prefere manter a escola funcionando, "em respeito aos alunos e suas famílias". Mas não sabe se esta opção será viável, devido à baixa freqüência que decorre da falta do transporte

escolar integrado e fatores como a existência de irmãos que estudam em diferentes estabelecimentos ou professores que lecionam também em locais variados, que adotaram orientações diversas.

O colégio Objetivo suspendeu as aulas normais e ofereceu somente aulas de recuperação aos alunos do 1º a 3º anos do 2º grau, além de simulado para as turmas de cursinho preparatório para o vestibular. No portão de acesso ao estabelecimento, um funcionário orientado pela própria direção, distribuía a carta do sindicato à comunidade, explicando os motivos da paralisação por tempo indeterminado.

Na escola Tia Bibia, na Asa Norte, um cartaz fixado no portão de entrada informava a adesão ao protesto dos proprietários das escolas através da mensagem "O INDI (Instituto Natural de Desenvolvimento Infantil) está de luto".

Saulo transfere decisão ao GDF

Se os diretores das escolas particulares insistirem no locute caberá ao Governo do Distrito Federal — no caso específico de Brasília e suas cidades-satélites — adotar as providências previstas em lei e que podem implicar numa intervenção branca, com volta às aulas, caso os professores concordem, ou o imediato fechamento do estabelecimento de ensino em greve empresarial.

Isso foi o que garantiu ontem o ministro da Justiça, Saulo Ramos, ao declarar que o Governo Federal não tem competência para punir os empresários em greve, recuando de suas declarações da véspera, quando afirmou que aplicaria punições às escolas que aderissem ao locute. Saulo defende a decisão judicial que estabeleceu aos conselhos estaduais de educação o direito de fixar as mensalidades, acabando, portanto, com a "liberdade vigiada". "Enquanto eu for ministro da Justiça ninguém vai desobedecer às sentenças judiciais sem ser penalizado, pois para isso existem recursos na Justiça" comentou.

Embora nada possa fazer contra o locute, visto que "sua instância é estadual", o ministro Saulo Ramos considera o extremamente sério e pediu aos diretores de escolas que "reflitem e parem para pensar, pois afinal de contas eles



Ministro apóia intervenção

são educadores e certamente não vão querer repassar aos alunos esse exemplo de descumprimento da lei".

Punição

Assim, qualquer que seja a decisão do GDF, Saulo Ramos não pretende mudar sua decisão de continuar punindo e prendendo os donos dos estabelecimentos de ensino que descumprirem a liminar do juiz federal, acabando com a

Se os donos de escolas persistirem e mantiverem a greve empresarial estarão ferindo o artigo 209 da Constituição, que diz: "O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I — cumprimento das normas gerais da educação nacional; II — autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público".

Solidariedade

O Procurador-Geral da República, Aristides Junqueira Alvarenga, por seu lado, deu duas alternativas aos diretores de escolas de Brasília que o procuraram no início da tarde: ou eles ingressam na Justiça Federal e entram com recurso contra a decisão judicial de acabar com a liberdade vigiada, ou vão até o Congresso Nacional patrociná-lo, junto aos parlamentares, a mudança da legislação que os prejudica.

Aristides Junqueira não desarta a possibilidade de haver intervenção nas escolas e disse que preferia não acreditar que o locute devia-se a uma ação de solidariedade aos diretores do Colégio Minas Gerais, presos em flagrante e liberados anteontem mediante fiança.

Professores já têm plano no Senado

O Plano de Carreira dos professores da Fundação Educacional do Distrito Federal foi encaminhado ontem ao Senado pelo governador Joaquim Roriz. Ele espera desta forma evitar a deflagração de uma nova greve da categoria, que não gostou da proposta de ascensão funcional do Governo e faz amanhã, às 9h00, no estádio Mané Garrincha, uma assembleia para decidir pela paralisação ou não das aulas a partir de segunda-feira.

Roriz lembrou que a adoção de um Plano de Carreira do magistério era o único item pendente para o cumprimento integral do acordo assinado com os professores em junho, após uma greve de 55 dias. A diretora da Fundação Educacional, Malva Queiroz, afirmou que todas as 84 reivindicações aprovadas em junho estão sendo respeitadas e que em caso de paralisação, poderá pedir a ilegalidade da greve, por estar atualmente em vigência o acordo coletivo de trabalho.

Pais apelam até ao Senado

Enquanto a Associação dos Pais de Alunos do Distrito Federal (APA/DF) aguarda que as autoridades tomem providências com relação à paralisação das escolas particulares, a Comissão de Pais do Colégio Minas Gerais procurou o senador Pompeu de Souza (PSDB-DF) pedindo sua interferência para solucionar o problema. De concreto ficou um pedido de audiência com o ministro da Educação, Carlos Sant'Anna, para a próxima segunda-feira que ainda precisa ser confirmada.

O representante dos pais do Minas Gerais, Darley Cordeiro Vallenares, explicou que eles pretendem pedir ao ministro providências para resolver a situação. "Agora, os pais não podem fazer mais nada. A nossa parte, que era denunciar os abusos, já fizemos. As autoridades que tomem providências", afirmou. Na sua opinião, o governo não pode admitir que o Sinepe fique tumultuando a situação, ao retomar leis que já não vigoram mais.

Segundo o vice-presidente da APA/DF, Omar Abudd, a associação vai esperar o desenvolvimento dos fatos e, se as autoridades não resolverem a questão, poderá consultar a Justiça para saber o que pode ser feito. No entanto, ele espera que, na próxima semana, tudo já esteja normalizado.

Sant'Anna evita falar do impasse

Os reajustes das mensalidades das escolas superiores privadas ficam restritos ao máximo de 144,06% no período de janeiro a julho deste ano, e a partir de agosto têm como teto o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) do mês anterior. A decisão foi tomada ontem pelo ministro da Educação, Carlos Sant'Anna, que assim reafirmou a posição, manifestada na véspera, de respeito às decisões judiciais sobre a matéria. Mas Sant'Anna, que quinta-feira disse esperar o início do locute das escolas particulares de 1º e 2º graus de Brasília para se posicionar sobre o caso, preferiu não tocar no assunto ontem.

A coordenadora da Comissão Social do MEC, Norma Marques Eleutério, disse que Sant'Anna esteve ocupado com a preparação do documento que irá apresentar segunda-feira, na abertura da Conferência Internacional de Educação, promovida pela Unesco em Paris. Ela lembrou que o ensino de 1º e 2º graus está subordinado às secretarias estaduais da Educação e reafirmou a posição anterior do ministro, de respeito à decisão judicial. Quanto ao descumprimento da liminar que limitou os reajustes nas escolas particulares, Sant'Anna acha que a Justiça foi desrespeitada e a ela cabe a reação.

Manifestação

O ministro homologou também o parecer do Conselho Federal de Educação, no sentido de que sejam revistos alguns artigos do Anteprojeto de Resolução sobre Encargos Educacionais. Entre eles, estão os que tratam das multas por atraso — consideradas elevadas — e sobre os valores cobrados em excesso, no qual falta a definição do prazo para a devolução da diferença.

O delegado regional da Sunab, Paulo Augusto Guimarães, informou ontem que a fiscalização nas escolas particulares de 1º e 2º graus de Brasília será retomada tão logo cesse o locute.

Estudantes de escolas privadas de 1º e 2º graus estão organizando uma manifestação pública contra o locute. O presidente da União Metropolitana dos Estudantes de Brasília (Umesb), Wagner Borges Oliveira, disse que a entidade apoia a iniciativa e informou que a manifestação está marcada para quarta-feira, dia 18, e sairá da torre da televisão.

Cobrança de impostos poderá ser em BTN

Tributos e taxas públicas pagos ao Governo do Distrito Federal poderão ser emitidos, a partir do ano que vem, em Bônus do Tesouro Nacional (BTN), conforme proposta encaminhada ontem ao Senado pelo governador Joaquim Roriz. O objetivo é minimizar o efeito inflacionário sobre os tributos em via de arrecadação e sobre os débitos parcelados ou inscritos na dívida ativa, mas não existem cálculos a respeito do aumento de receita que será proporcionado pela medida.

De acordo com o secretário de Finanças do GDF, Ozias Monteiro, com a utilização do BTN fiscal para emissão de tributos pelo GDF o contribuinte vai pagar mais caro para cada dia de atraso do pagamento do imposto, seja Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Transferência de Bens Imóveis (ITBI) ou taxas como a de limpeza urbana (TLP), por exemplo. O BTN já vem sendo usado pelo Departamento de Trânsito (Detran) e pela própria Secretaria de Finanças na arrecadação do Imposto de Propriedade de Veículo Automotor (IPVA) e IVVC.

Prazos menores

A Secretaria de Finanças está estudando também a redução dos prazos para recolhimento do ICMS, ainda sem data prevista para implementação. Atualmente, os estabelecimentos comerciais têm 20 dias e as indústrias 40 dias para recolher o tributo, mas este período deve diminuir para evitar especulação com o dinheiro que legalmente já pertence aos cofres públicos. O secretário do Governo, Celsus Lodder, defende menores prazos e betezença de impostos "porque, se não for assim, o empresário passa a aplicar o dinheiro no 'over', desvirtua seu negócio e comece a funcionar como agente financeiro".